



Número: **0800151-55.2020.8.15.0351**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sapé**

Última distribuição : **30/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA (AUTOR)		maria lucineide de lacerda santana (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27818010	30/01/2020 08:23	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
27818014	30/01/2020 08:23	<a href="#">PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO</a>	Documento de Identificação
27818022	30/01/2020 08:23	<a href="#">REGISTRO DE OCORRÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
27818025	30/01/2020 08:23	<a href="#">DOCUMENTOS MÉDICO</a>	Documento de Comprovação
27818027	30/01/2020 08:23	<a href="#">SINISTRO</a>	Documento de Comprovação
27818028	30/01/2020 08:23	<a href="#">COMPROVANTES DE CUSTAS</a>	Documento de Comprovação
28900844	09/03/2020 12:57	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
30307068	30/04/2020 23:26	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
30872892	21/05/2020 19:05	<a href="#">Petição</a>	Petição
30889818	25/05/2020 11:22	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
31989073	02/07/2020 09:11	<a href="#">Petição</a>	Petição
31989088	02/07/2020 09:11	<a href="#">ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA - reiterando pedido de gratuidade</a>	Informações Prestadas
31989089	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 01</a>	Documento de Comprovação
31989090	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 02</a>	Documento de Comprovação
31989091	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 03</a>	Documento de Comprovação
31989092	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 04</a>	Documento de Comprovação
31989093	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 05</a>	Documento de Comprovação
31989094	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 06</a>	Documento de Comprovação
31989095	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 07</a>	Documento de Comprovação

31989 096	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 08</a>	Documento de Comprovação
31989 305	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 09</a>	Documento de Comprovação
31989 317	02/07/2020 09:11	<a href="#">Doc 10</a>	Documento de Comprovação
32267 035	13/07/2020 10:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
32727 390	28/07/2020 16:53	<a href="#">Petição</a>	Petição
33179 685	13/08/2020 11:34	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
34016 226	04/09/2020 20:35	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_<sup>a</sup> VARA MISTA DA  
COMARCA DE SAPÉ/PB

**ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, comerciante, 42 anos, portador do RG nº 2.202.313 – 2<sup>a</sup> via – SSDS/PB, inscrito no CPF sob o nº 029.901.744-35, residente e domiciliado na Av. Comendador Renato Ribeiro Coutinho, Nº 2116, **Sapé/PB**, por sua advogada legalmente constituída (mandato incluso), com escritório profissional localizado na Av. Pedro II, 705, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-420, Tel. (83) 3241-6957, onde deverá receber intimações e correspondências, vem à presença de V. Exa. propor a presente

## AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

(Com base na Lei N°. 6.194/74, alterada pela Lei nº. 8.441/92 e Lei n. 11.482/07)

contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º e 6º andar Centro, RIO DE JANEIRO – RJ, CEP: 20031205, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

### 1. PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer a concessão do benefício da **JUSTIÇA GRATUITA** em favor da parte autora, vez que ela não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família, conforme dispõe o inciso LXXIV do art. 5º da CF/1988 e o art. 98, CPC/2015.



## 2. DOS FATOS

No dia 13 de fevereiro de 2017, por volta das 14 horas e 30 minutos, o demandante conduzia uma motocicleta modelo Honda/POP 100, ano 2013, placa NPV2031/PB, de sua propriedade, quando, nas proximidades da praça João Pessoa, localizada no Centro de Sapé/PB, fora trancado por um veículo desconhecido, vindo ao solo.

Em razão do supramencionado acidente, foi socorrido, levado ao Hospital Sá Andrade e, posteriormente, transferido ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde fora diagnosticado com **Fratura do tubérculo maior do úmero direito**, de acordo com laudo emitido pelo **Dr. Pedro Henrique Gutierrez Vargas Freitas (CRM/PB 10575)**.

**Dessa forma, constatou-se o nexó causal entre o acidente e as sequelas definitivas.**

A partir de então, a vítima, ora Promovente, procurou munir-se da documentação necessária, para fazer valer seus direitos, vez que tal indenização, na hipótese de invalidez permanente, deve ser paga, conforme disciplina o art. 3.º da Lei n.º 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

**Convém mencionar que a realização do laudo pericial pelo Instituto Médico Legal - IML é para recebimento do seguro DPVAT na esfera administrativa. A lei que regula a cobrança do seguro DPVAT não exige o referido laudo para o ajuizamento da ação em questão.**

**Ademais, tendo o autor juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.**

**Considerando que há um termo de convênio de cooperação entre o tribunal de justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (convênio nº 015/2014) para a realização de perícias médicas judiciais, visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotores de via terrestre, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que o promovente se submeta à fila do IML, o que,**



aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a consequente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo ao beneficiário.

Destaque-se que o autor realizou requerimento administrativo junto à Seguradora Líder – DPVAT (Sinistro 3200006124), tendo sido o mesmo indeferido pela falta de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT. Todavia, tal motivo não deve prosperar, uma vez que, conforme a Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça, a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Nesse sentido, tempos:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CPC/2015. DIREITO CIVIL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LESÃO AO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. ATRASO NO PAGAMENTO DO PRÊMIO. RECUSA DE INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 257/STJ. 1. Controvérsia acerca do pagamento de indenização do seguro DPVAT ao proprietário de veículo inadimplente com o pagamento do prêmio. 2. Nos termos da Súmula 257/STJ: "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". 3. Precedentes desta Corte Superior no sentido de que a indenização é devida, ainda que a vítima seja o proprietário do veículo, inadimplente com o pagamento do prêmio. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

### 3. DO DIREITO

#### 3.1 DA LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*

O seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de vias Terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.



“*In casu*”, é direito do Promovente receber uma indenização por danos pessoais até o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ante a invalidez permanente. Nesse sentido, a legitimidade ativa do Promovente na presente demanda é cristalina, por ser a própria vítima do acidente instituidor do seguro.

### **3.2 DA LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* - O SEGURO DPVAT- CONVÊNIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

O Art. 7º. da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento da indenização em tela.

Nesse sentido, a resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, que “*alterou e consolidou as normas disciplinadoras do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*”, é considerada como um grande avanço no âmbito dos seguros DPVAT, tendo em vista que ela criou uma seguradora líder dos consócios, que deverá ser especializada em seguros DPVAT, nos termos do seu art. 5º, § 3º.

Assim, a seguradora Líder foi exclusivamente criada para responder pelos seguros DPVAT, em nome do consócio, ficando responsável pelo pagamento dos prêmios, nos moldes do Art. 5º § 8º da mesma resolução.

Resta patente, Douto Julgador, a infalibilidade quanto a legitimidade da empresa promovida para responder no polo passivo da presente demanda, que pode ser corroborada pela resolução 154 dos seguros DPVAT, que é incontroversa quanto ao responsável pelo adimplemento da obrigação.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que **qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a SEGURADORA LÍDER DPVAT, que representa suas associadas na esfera judicial.** Senão vejamos.



"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE SEGURADORA - **Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver**, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 –Uberlândia – 1ª. C. Cív. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se superada qualquer controvérsia, de sorte que, qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### 3.3 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Dispõe o art. 5º da Lei Nº. 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Vejamos:

**"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (Grifei).**

A indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

#### **Comprovação do acidente e das sequelas sofridas;**

**Registro da ocorrência no órgão policial competente; e Laudo do IML à época do acidente e/ou Laudo Complementar das Sequelas, demonstrando a INVALIDEZ, DEBILIDADE, PERDA ou INUTILIZAÇÃO, INCAPACIDADE E/OU A DEFORMIDADE PERMANENTE.**

O art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009, dispõe verbis:



"O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."

Do texto legal, depreende-se que o Instituto Médico Legal deverá fornecer o laudo constatando e quantificando as lesões permanentes, totais ou parciais, da vítima na esfera administrativa. No âmbito judicial, a realização da prova pericial deve seguir o procedimento previsto nos artigos 464 e seguintes do NCPC.

Nesse sentido, segue a nossa mais atual jurisprudência:

"AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL - DECISAO QUE DÁ PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDEFERIMENTO - HONORÁRIOS PERICIAIS - FIXAÇÃO ADEQUADA - MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1 - Considerando que o laudo pericial a ser realizado pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre, se a própria beneficiária do seguro, pretende demonstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que a suplicante se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo à beneficiária. 2 - Não é excessivo o valor fixado a título de honorários periciais, quando corretamente arbitrados, tendo levado em consideração as despesas e o trabalho a ser desenvolvido." (TJPR, 10ª C.Cív., Ag. Reg. nº 0615691-6/01, Rel. Des. LUIZ LOPES, Julg.: 01/10/2009). No mesmo sentido já decidi em outro feito de minha relatoria: TJPR - 10ª C.Cível - AI 0631577-1 - J. 04.02.2010; TJPR, 10ª C.Cív., AI nº 0628721-4, Julg.: 22/10/2009.

Reforçando a ideia do citado artigo, pontifica o art. 7º, caput, da lei Nº. 6.194/74, ao estabelecer que:

**"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou**





**vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído**, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (Grifei).

Assim, **não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório**, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra **sumulada na Corte do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**"STJ. SÚMULA 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) **não é motivo para a recusa do pagamento da indenização**". (Grifei).

Diante dos documentos exigidos pela lei supra, todos juntos aos presentes autos, estes se encontram devidamente instruídos, tornando incontestado o nexo causal entre o acidente e o dano que vitimou a Promovente.

Na mesma seara, decidiu a **TURMA RECURSAL CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA**, observemos:

**"RECURSO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) -- LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA - AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI Nº 8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS ÓBITOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA - DESNECESSIDADE DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS - SENTENÇA MANTIDA RECURSO IMPROVIDO. Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), bastando a prova da existência do fato e suas consequências danosas, observando-se a Lei n. 8.441/92, que não fez nenhuma restrição aos óbitos ocorridos antes de sua vigência, sem que se possa exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio".** (Relator: JUIZ ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO. Ano: 2001. Data Decisão: 19/12/2000. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão



Julgador: TURMA RECURSAL CIVEL. Procedência: CAMPINA GRANDE - 2a REGIAO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CIVEL. Comarca: CAMPINA GRANDE). (Grifei).

Ainda, proclamou o **STJ**:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA - PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE -SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE DE VEÍCULO - RECUSA AO PAGAMENTO -PROVA DO FATO - RECURSO IMPROVIDO.

**A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT), causados por Veículos Automotores Via Terrestre, devida à pessoa vitimada, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro.** Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear a indenização na esfera judicial, cumulando-a com danos morais, ante o dissabor da recusa da seguradora em não pagar. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização" (Súmula 257 do STJ). (Grifamos).

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### 3.4 DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

Neste especial, a demanda não comporta maiores ilações. De acordo com a Lei n. 11.482/2007, **o valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT), em caso de invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), senão vejamos:**

"Art. 8º. Os arts. 3º., 4º., 5º. e 11º. da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º. desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

...

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e**

...” (Grifos nossos).

Assim, estando provado e incontroverso o fato do acidente automobilístico, impõe-se a condenação da Promovida com base na Legislação já sobejamente invocada.

#### **4. DO PEDIDO**

Ante ao todo exposto, requer a Promovente, que V. Exa. se digne determinar:

- a) O Benefício da Justiça Gratuita, constante na Lei N°. 1.060/50, c/c a Súmula 29 deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, uma vez que o Promovente não possui condições de arcar com as custas e despesas processuais, nem com os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família;
- b) A citação da Promovida, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia e confissão;
- c) Que, ao final, seja a presente ação **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE, com a condenação da Promovida a pagar ao Promovente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de INDENIZAÇÃO POR DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE**, nos termos do art. 3.º, II, da lei n.º 11.482/07, **acrescido de juros legais e correção monetária à data do**



**evento danoso (13/02/2017)**, conforme entendimento sumulado (Súmulas 43 e 54) do Superior Tribunal de Justiça;

d) Requer, outrossim, a produção de provas, por todos os meios em direito admitidos, em especial pela designação de perícia médica, e a indicação de perito judicial. Com o pagamento dos honorários periciais judiciais em até 15 dias pela promovida. O valor fixado individual, conforme convênio (convênio nº 015/2014) pactuado, é de R\$ 200,00, independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima. O mesmo valerá para as avaliações médicas, conforme convênio firmado. Bem como o depoimento pessoal do representante legal da Promovida, depoimentos de testemunhas e **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO PROMOVENTE**, com base no Inciso VIII, Art. 6º. da Lei Nº.: 8.078/90;

e) As intimações sejam destinadas, exclusivamente, à Advogada MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA (OAB/PB 11.662-B), sob pena de nulidade.

f) Requer, por último, a condenação da Promovida, ainda em custas judiciais, despesas e honorários advocatícios, estes a razão habitual de 20%.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500 (Treze mil e quinhentos e reais)**, para efeitos fiscais.

Termos em que,

**Pede DEFERIMENTO.**

João Pessoa/PB, 23 de janeiro de 2020.

**MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**

**OAB-PB 11.662-B**





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"**

**OUTORGANTE:**

Alexsandro dos Santos Oliveira, brasileiro, solteiro, comerciante,  
47 anos, portador de RG nº 2.202.313-2 e Vio - SPS/PB,  
inscrito no CPF sob o nº 028.901.744-35, residente e do-  
miciliado na Av. Comendador Renato Ribeiro Coutinho,  
Nº 2116, Sapé/PB.

**OUTORGADA:** MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB 11.662-B, LUIZ SANTANA DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14.301-B, LARISSA MARIA LACERDA SANTANA, brasileira, solteira, inscrita na OAB-PB sob o nº 23.625 RICARDO HENRIQUE CANTALICE HARDMAN, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PB sob o nº 14.903, EDNA DE LOURDES LEITE BRASILINO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 16.105, THIAGO DE ATAIDE BRANDÃO, brasileiro, solteiro, advogado com inscrição na OAB/PB sob o nº 16.685, com endereço profissional na Av. Dom. Pedro II, nº 705, Centro, João Pessoa/PB, telefone (83) 3241.6957.

**PODERES:** Os da Cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, até decisão final, usando todos os meios e recursos legais em representação do (a) outorgante, também, em qualquer órgão, empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista, etc., conferindo-lhes ainda poderes especiais para: confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber importâncias e valores, emitir e endossar cheques, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, receber citação, intimação, notificação, etc., renunciar direitos, fazer cessão de direitos e arrolamentos, fazendo declarações, assinando termos, fazer habilitação de crédito em inventário, contraditar testemunhas, arguir suspeições criminais, revogar procurações, atuar como defensor ou assistente em ações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, tributárias, cíveis, propor queixa crime (ação penal privada), impetrar Mandado de Segurança, apelar, atuar como defensor em notificação de infração ou imposição de penalidade de trânsito, substabelecer, com ou sem reservas de poderes, sem prejuízo imediato de honorários a que se fizer jus (nos moldes dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 85 do Novo Código de Processo Civil Pátrio), enfim, praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil e art. 5º, §2, da Lei 8.906, de 04/07/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

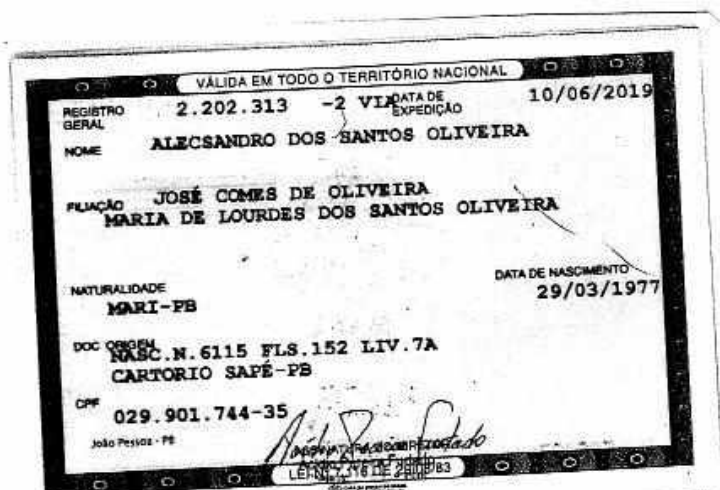
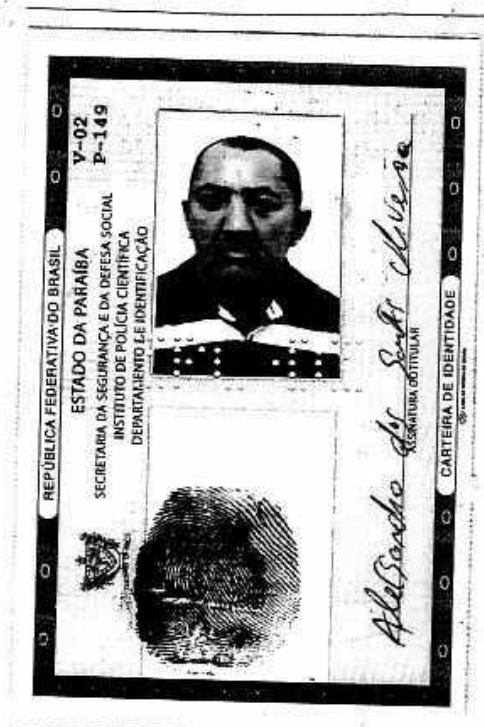
João Pessoa, 23 de junho de 2020.

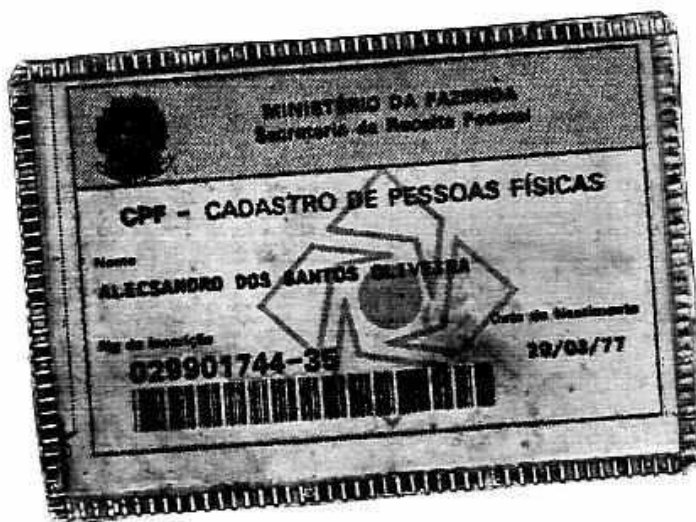
\*Alexsandro dos Santos Oliveira  
**OUTORGANTE**

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB







# BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica : N° 032.898.640



LUZ, IMAGINAÇÃO, REALIZAÇÃO

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58371-680  
CNPJ 08.085.183 / 0001-40 - Insc.Est. 18.016.823-0

EM PROVA

DADOS DO CLIENTE		CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR		
ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA		5/177130-2		
AV COMENDADOR RENATO RIBEIRO COUTINHO 2116				
SAPE				
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
OUT/2019	21/10/2019	341	28/10/2019	R\$ 296,52

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00000 02624.912008 07670.731178 3 80560000029652				
Pagador: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA CNPJ/CPF: 029.901.744-35				
AV COMENDADOR RENATO RIBEIRO COUTINHO 2116 - CENTRO - SAPE / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
26249120007670731	000177130201910	28/10/2019	R\$ 296,52	
BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				





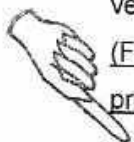


GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL  
5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SAPÉ  
Rua Osvaldo Pessoa, nº 81, Centro, CEP 58.340-000.  
Telefone: (83) 3283-5949

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE MOTO

REGISTRO DE OCORRÊNCIA nº 598/2017

Aos (10) dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezesseis, nesta cidade de Sapé/PB, e nesta Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade da Delegada de Polícia Civil, **FREDERICO CLAUDIO DE MELO MAGALHÃES**, juntamente comigo, escrivão de seu cargo, aí por volta das 10:30; compareceu **ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**, RG: 2202313 - SSP/PB, brasileiro, solteiro, natural de Mari/PB, nascido em 29/03/77, comerciante, filho de José Cosmo de Oliveira Filho e de Maria de Lourdes dos Santos de Oliveira, residente a rua Av. Comendador Renato Ribeiro Coutinho- 2116- Centro - Sapé-PB. ( Tel. 994106033 ) O QUAL PRESTOU A SEGUINTE OCORRÊNCIA: QUE POR VOLTA DAS 14:30m, DO DIA 13/02/2017, O DECLARANTE CONDUZIA A MOTOCICLETA DE MARCA HONDA/POP100, ANO 2013, PLACA NPV2031/PB, CHASSI 9C2HB0210DR401388, DE PROPRIEDADE DO DECLARANTE, QUANDO NAS PROXIMIDADES DA PRAÇA JOÃO PESSOA CENTRO DESTA CIDADE UM VEICULO QUE NÃO SABE ESPECIFICAR NADA DO MESMO, TRANCOU O MESMO VINDO A BATER E A CAIR AO SOLO; QUE O DECLARANTE FOI PARA O HOSPITAL SÁ ANDRADE ONDE FORA ATENDIDO E POSTERIORMENTE CONDUZIDO PARA O HOSPITAL DE TRAUMA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB; QUE O MESMO SOFRERA LESÕES CONFORME LAUDO APRESENTADO NESTA DP. QUE por este motivo, veio a esse Órgão de Polícia registrar o ocorrido para que se tome as devidas providências junto ao Órgão competente. Era o que tinha a declarar. O referido é verdade, dou fé. Ciente o notificante das implicações legais contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal, depois de lido e achado conforme subscreve o presente.



*Alecsandro dos Santos Oliveira*

DECLARANTE



Nome: <u>Alexsandro dos Santos Oliveira</u>		N de BE: <u>990683</u>	
Idade: _____	Sexo: _____	Clínica: <u>ORTOPEDIA</u>	Enf.: <u>19</u>   Leito: <u>06</u>
Data de admissão: <u>13/02/2017</u>		Alta: <u>14/03/17</u>	Tempo de Permanência: _____
Diagnóstico de Internação: <u>Fratura do tubérculo menor do úmero D</u>			
Diagnóstico Definitivo: <u>O mesmo</u>			
Diagnóstico Secundário: _____			
Principais exames: <u>EF + Radiografia</u>			
Cirurgia realizada - data e equipe: <u>14/03 - Redução imediata - Dr. Rafael</u>			
Biópsias: <u>/</u>			
Anatomia patológica: <u>/</u>			
Infecção: sim ( ) não (X) Coleta de material: sim ( ) não ( )			
Resultado bacteriológico: _____			
Condições de alta: Melhorado (X) Removido ( ) A pedido ( ) Curado ( ) Óbito ( ) À Revelia ( )			
Resumo Clínico: história evolução, terapêutica, complicações: <u>Alta orientada pelo Dr. Rafael.</u>			
Dieta: <u>líquida</u>			
Reposo: _____			
Relativo em casa por, <u>30</u> dias.			
Retorno às atividades sem esforço físico em, <u>60</u> dias.			
Retorno às atividades com esforço físico leve, <u>90</u> dias e com maior em, <u>90</u> dias.			
Cuidados com a ferida operatória: lavá-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Htop.			
Medicações para casa: <u>AINES + Ceflexim</u>			
Retorno: _____			
Ao posto de saúde em _____ para retirada de ponto.			
Ao ambulatório _____ em 30 dias para revisão.			
João Pessoa: <u>14 de 3 de 17</u>			
Ass. Médico/CRM _____			
Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO CONTINUIDADE DE TRATAMENTO			




AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CPC/2015. DIREITO CIVIL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LESÃO AO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. ATRASO NO PAGAMENTO DO PRÊMIO. RECUSA DE INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 257/STJ. 1. Controvérsia acerca do pagamento de indenização do seguro DPVAT ao proprietário de veículo inadimplente com o pagamento do prêmio. 2. Nos termos da Súmula 257/STJ: "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". 3. Precedentes desta Corte Superior no sentido de que a indenização é devida, ainda que a vítima seja o proprietário do veículo, inadimplente com o pagamento do prêmio. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(STJ - AgInt no REsp: 1798176 PR 2019/0046062-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 01/07/2019, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/08/2019)

ESCANEADO  
EM 12/09/19



- RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0005539/20

Vítima: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

CPF: 029.901.744-35

CPF de: Próprio

Data do acidente: 13/02/2017

Titular do CPF: ALECSANDRO DOS  
SANTOS OLIVEIRA

Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

DOCUMENTOS APRESENTADOS

**Sinistro**

Boletim de ocorrência  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação

**THIAGO DE ATAIDE BRANDAO : 072.139.414-02**

Comprovante de residência  
Declaração Circular SUSEP 445/12  
Documentos de identificação  
Procuração

**ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA : 029.901.744-35**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

32 0000 61 24

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 06/01/2020  
Nome: THIAGO DE ATAIDE BRANDAO  
CPF: 072.139.414-02

THIAGO DE ATAIDE BRANDAO

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 06/01/2020  
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO  
CPF: 114.261.744-03

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 08 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3200006124

Vítima: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

Data do Acidente: 13/02/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: THIAGO DE ATAIDE BRANDAO

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o(a) senhor(a) é proprietário(a) do veículo envolvido no acidente e, por não ter efetuado o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT até o vencimento, não terá direito à indenização, conforme Resolução CNSP nº 332, de 2015.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 0042700428 - carta\_11 - INVALIDEZ

00050214



ESCANEADO  
EM 12/03/19



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 035.4.20.00058/01
			Data de emissão: 23/01/2020
Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
	Sape	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	31/01/2020
Número da guia: 035.2020.600058		Tipo de Guia: Custas Prévia	UFR vigente: R\$ 50,92
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.018,40 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.222,25
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 222509283180 520200131032 542000058017 			Valor final: R\$ 1.222,25

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 035.4.20.00058/01
			Data de emissão: 23/01/2020
Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
	Sape	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	31/01/2020
Número da guia: 035.2020.600058		Tipo de Guia: Custas Prévia	UFR vigente: R\$ 50,92
Promovente: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.222,25
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.222,25

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 035.4.20.00058/01
			Data de emissão: 23/01/2020
Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
	Sape	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	31/01/2020
Número da guia: 035.2020.600058		Tipo de Guia: Custas Prévia	UFR vigente: R\$ 50,92
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.018,40 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.222,25
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 222509283180 520200131032 542000058017 			Valor final: R\$ 1.222,25





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 035.2020.600058

Data Vencimento: 31/01/2020

Data Emissão: 23/01/2020

Comarca: Sape

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.018,40

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.220,90

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 5.688/98.

\_\_\_\_\_  
Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.







**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**3ª VARA DA COMARCA DE SAPÉ**

**DESPACHO**

**VISTOS, ETC.**

Na forma do art. 98, parágrafo 1º, do NCPC, a gratuidade de justiça compreende:

- I - as taxas ou as custas judiciais;
- II - os selos postais;
- III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;
- IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;
- V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;





VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;

VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

Ademais, nos moldes do art. 98, parágrafos 5º e 6º, do CPC, a gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento, sendo certo que conforme o caso, o juiz poderá conceder **direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.**

Por sua vez, é verdade que o artigo 99, §3º, do NCPD, dispõe que *“presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”*.

Todavia, nos termos do parágrafo 2º, do mesmo dispositivo legal, o juiz poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.



Feitas essas considerações, INTIME(M)-SE o(s) autor(es), através do seu advogado, para que, no prazo de 10 dias, acoste(m) aos autos as suas três últimas declarações do IR, os seus três últimos contracheques, bem como a guia das custas processuais, a fim de que esse juízo possa avaliar a concessão ou não da gratuidade processual.

Sapé, Data e Assinatura Eletrônica.

**RENAN DO VALLE MELO MARQUES**

Juiz de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE SAPÉ**

**Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Sapé**

Rua Pe. Zeferino Maria, S/N, Centro, SAPÉ - PB - CEP: 58340-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**

**Nº DO PROCESSO: 0800151-55.2020.8.15.0351**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

**AUTOR: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). RENAN DO VALLE MELO MARQUES, MM Juiz(a) de Direito deste 3ª Vara Mista de Sapé, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0800151-55.2020.8.15.0351 (número identificador do documento transcrito abaixo), **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para tomar ciência do seguinte DESPACHO: *"INTIME(M)-SE o(s) autor(es), através do seu advogado, para que, no prazo de 10 dias, acoste(m) aos autos as suas três últimas declarações do IR, os seus três últimos contracheques, bem como a guia das custas processuais, a fim de que esse juízo possa avaliar a concessão ou não da gratuidade processual. "*

Advogado do(a) AUTOR: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA - PB11662-B

**Prazo: 10 dias**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

SAPÉ-PB, em 30 de abril de 2020

De ordem, JUAREZ JOSE DA SILVA JUNIOR  
Analista Judiciário

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



**AO JUÍZO DA 3ª VARA MISTA DE SAPÉ – PARAIBA.**

**PROCESSO Nº 0800151-55.2020.8.15.0351**

**AUTOR: ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**, já devidamente qualificado, vem por intermédio de sua advogada, nos termos do despacho de id [28900844](#), requerer dilação de prazo para o fiel cumprimento judicial.

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 21 de Maio de 2020.

**MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**

**OAB/PB 11.662-B**





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE SAPÉ**

**Processo nº 0800151-55.2020.8.15.0351.**

**AUTOR:** ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA.

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

**DESPACHO**

**VISTOS, ETC.**

Defiro o pedido de id. 30872892 e concedo a parte autora o prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento do despacho constante do id. 28900844 - pág. 1-2.

**CUMPRA-SE.**

Sexta-feira, 22 de Maio de 2020.

(Assinatura Eletrônica)

**RENAN DO VALLE MELO MARQUES**



**Juiz de Direito**



Petição e documentos anexos.





LACERDA  
SANTANA  
ADVOGACIA

**AO JUIZO DA 5ª VARA MISTA DA COMARCA DE SAPÉ – PB.**

**Processo nº 0800151-55.2020.8.15.0351**

**ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**, já devidamente qualificado, por intermédio de sua advogada, vem à presença de Vossa Excelência, **nos termos do despacho de id 30889818, reiterar o pedido de Gratuidade Judicial, tendo em vista que o autor está desempregado, ajudando um irmão em uma oficina, fazendo jus ao que prevê a lei da gratuidade.**

Termos em que

Espera deferimento.

João Pessoa/PB, 02 de Julho de 2020.

**MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**

**OABPB 11.662-B**

Av. Dom Pedro II, 705 - Centro - CEP 58.013-420 - João Pessoa/PB  
(83) 3241.6957 | (83) 9 8618-5869  
joaopessoa.pb@lacerdasantana.adv.br  
[www.lacerdasantana.adv.br](http://www.lacerdasantana.adv.br)



NOSSAS UNIDADES



Assinado eletronicamente por: maria lucineide de lacerda santana - 02/07/2020 09:11:20  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070209112016800000030663147>  
Número do documento: 20070209112016800000030663147

Num. 31989088 - Pág. 1



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

128.46444.56-2

NÚMERO

4062105

001-0

RJ

*Alcides dos Santos Almeida*

ASSINATURA DO TITULAR

IMPRESSÃO DIGITAL



NOME: **ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**

LOC. DE NASC.: **SAPÉ - PB**

**29/03/1977**  
NASCIMENTO

FILIAÇÃO: **JOSE COSME DE OLIVEIRA FILHO**

**MARIA DE LOURDES DOS SANTOS OLIVEIRA**

DOC. APRESENTADO: **R.G. 2202313 SSP PB**

ESTADO CIVIL: **SOLTEIRO**

LEI Nº 046, DE 18 DE MAIO DE 1995.

R.G. **2202313**

T. ELEITOR: **22533471287**

SEÇÃO **0152**

CPF: **029.901.744-35**

ZONA: **004**

LOCAL DA EMISSÃO: **AGENCIA JACAREPAGUA**

13/05/2019 14:00:00





# 08 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR  
140.830.648/0004-52

UNACÚCAR E ENERGIA LTDA

Fazenda Nascimento do Una, S/N

UNACÚCAR E ENERGIA LTDA - CNPJ: 140.830.648/0004-52

Atividade: DESTILARIA DE ALCOOL  
Fazenda SAREFA RABALDA Rural Sape - PB

Cargo: AUX. LINHA DE PR C.B.O.: 784205

DT-ADMISSÃO: 08/09/05 REG.: 01449 MAT.: 00141

SALARIO BASE EM (R\$): 314,60

Treze e Quatorze Reais e Sessenta Centavos

UNACÚCAR E ENERGIA LTDA

*[Assinatura]*

DATA DE ASSINATURA

DE

DE

DE

COM. DISPENSA CD N°

FGIS N° DA CONTRA

# 09 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

OCCUPAÇÃO

EMPREGO

ALCANTARA

ESTADO ESTABELECIMENTO

CEP

CBO N°

DATA DE ADMISSÃO

DE

DE

DE

REGISTRO N°

RS / RGIA

1500

RELAÇÃO ESPECIAL

R\$ 360,80

*[Assinatura]*

DATA DE ASSINATURA

DE

DE

DE

COM. DISPENSA CD N°

FGIS N° DA CONTRA

# CONTRATO DE TRABALHO

MAX RUEDA INDUSTRIA E

COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA

RUA 73, 670, 8951000-5, 45

ESTRADA DA ALGACÃO,

RIO DE JANEIRO, RJ, PS

CNPJ Nº 09450

EMPREGADO

RE/PROA

EMPREGADO

EMPREGADO

DE 19

# CONTRATO DE TRABALHO

1209450002-08

EMPRESA

LOC. FALZONIA INSC. Nº 05 URM, 111

Zona Rural CEP 58340-000

SAPÉ - PB

EMPRESA LTDA CNPJ 094500000000000000

Fazenda Eucalipto do Bna - Zona Rural - Sapé - PB

ATIVIDADE: INSTALARIA DE ALUMINIO

CARGO: ALI. ALUMINIO DE PA C.B.O.: 784205

DT. ADMISSÃO: 02/08/94 REG.: 01267 MAT.: 01267

SALARIO BASE EM (R\$): 270,00

Descontos e Retenções em Fonte Pagamento Contábil

EMPRESA

EMPRESA

DATA DE SÚM

EMPRESA

DE 2005

EMPRESA

EMPRESA

COM. DESPESA CM

TCIS Nº DA CONTRA



Assinado eletronicamente por: maria lucineide de lacerda santana - 02/07/2020 09:11:25  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070209112501100000030663152>  
 Número do documento: 20070209112501100000030663152

## ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

INÍCIO EM 04/05/01	PARA R\$ 104,60
MOTIVO C C T	
INÍCIO EM 04/05/01	PARA R\$ 131,00
MOTIVO C C T	
INÍCIO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
INÍCIO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
INÍCIO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
INÍCIO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
INÍCIO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	

## ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

21

AUMENTADO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
AUMENTADO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
AUMENTADO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
AUMENTADO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
AUMENTADO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
AUMENTADO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	
AUMENTADO EM / /	PARA R\$
MOTIVO	





40602105

ANOTAÇÕES GERAIS

Assinaturas autorizadas por lei.

X

12/02/01

UMA ENERGETICA LTDA.

UMA ENERGETICA LTDA.

UMA ENERGETICA LTDA.

UMA ENERGETICA LTDA.

40602105

ANOTAÇÕES GERAIS

Assinaturas autorizadas por lei.

31

Assinatura autorizada por lei.  
Assinatura autorizada por lei.  
Assinatura autorizada por lei.  
Assinatura autorizada por lei.  
Assinatura autorizada por lei.

UMA ENERGETICA LTDA.

UMA ENERGETICA LTDA.

UMA ENERGETICA LTDA.

32

## ANOTAÇÕES GERAIS

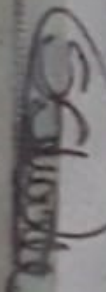
(Anotações autorizadas por lei).

CONTRATO PARA SAFRA

2005/2006

SAFE, 08/09/05

UNIAÇUCAR E ENERGIA LTDA



## ANOTAÇÕES GERAIS

33

(Anotações autorizadas por lei).

Contrato para  
a safra 2006/2007



24

## ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

25

## ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020

PÚBLICO: 02/02/2020

DE 02/02/2020 A 02/02/2020



## ANOTAÇÕES GERAIS

(Anotações autorizadas por lei)

Adm. Fidei em Casa Lus. 15/12/1911  
 tal para 40 dias, ficando em  
 pagamento para mais 40 dias  
 sempre de 10 em 10 dias em  
 nome de 1000. E em 15 de 10  
 que em 15 de 10.

*[Signature]*

Escritura das Andares no setor  
 20630 a para de 10 em 10  
 em 15 de 10 de 1000

*[Signature]*

## ANOTAÇÕES GERAIS

(Anotações autorizadas por lei)

Escritura das Andares no setor  
 de 15 de 10 a para de 10 em 10  
 em 15 de 10 de 1000

*[Signature]*

1/5 030 " 9/11/231 030

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**JUÍZO DA 3ª VARA DE SAPÉ**

**Processo nº 0800151-55.2020.8.15.0351.**

**DESPACHO**

**VISTOS, ETC.**

Concedo ao autor o benefício da gratuidade judiciária.

A parte autora, a despeito de narrar na petição que teria direito ao recebimento do limite máximo, não indicou, na causa de pedir, qual foi a repercussão dos danos corporais, considerando-se a tabela anexa à Lei 6.194/74.

Não é demais destacar que o Judiciário não pode ser demandado com base em "achismos", sendo necessário que a parte indique que efetivamente existe o interesse de agir-necessidade.



Portanto, em ações onde se buscam complementações de indenizações do seguro DPVAT tenho entendido que a parte deve indicar se a invalidez decorrente do acidente **é permanente (total ou parcial) e, sendo imparcial, se é completa ou incompleta, devendo-se fazer, ainda, o enquadramento nos graus indicados na mencionada tabela. Ademais, a exordial deve ser instruída com laudo médico (público ou particular) que corrobore a indicada invalidez no grau alegado.**

**DIANTE DO EXPOSTO, INTIME-SE** a parte autora para que, no prazo de quinze dias, emende a petição inicial, sob pena de indeferimento, para indicar se as lesões sofridas resultaram em invalidez permanente e, em caso positivo, se ela é total ou parcial e, sendo parcial, se é completa ou incompleta, devendo, ainda, fazer o devido enquadramento na tabela anexa à Lei 6.194/74 relativamente ao grau das lesões.

**Segunda-feira, 13 de Julho de 2020.**

**RENAN DO VALLE MELO MARQUES**

Juiz(a) de Direito



**AO JUÍZO DA 3ª VARA MISTA DE SAPÉ – PARAÍBA.**

**Ref.: DPVAT**

**PROCESSO Nº. 0800151-55.2020.8.15.0351**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO S.A.**

**ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**, vem por intermédio de sua advogada, nos termos do despacho de id 32267035, promover **Emenda à Inicial**, nos seguintes termos:

O autor sobre em razão de acidente automobilístico *Fratura do tubérculo maior do úmero direito*, de acordo com laudo emitido pelo **Dr. Pedro Henrique Gutierrez Vargas Freitas (CRM/PB 10575)**, o que ocasionou invalidez permanente, a ser provada mediante instrução probatória com perícia médica.

Ademais, o valor do membro inferior, conforme tabela da SUSEP, é de até R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), motivo pelo qual, pugna que seja a presente inicial recebida com o regular processamento do feito.

P. deferimento.

João Pessoa, 27 de Julho de 2020.

**MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**

**OAB/PB 11.662B**





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE SAPÉ**

**Processo nº 0800151-55.2020.8.15.0351.**

**AUTOR(A): ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA.**

**RÉ(U): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..**

**DESPACHO**

**VISTOS, ETC.**

1.Não havendo nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, DEFIRO o pedido de justiça gratuita, sem prejuízo de sua impugnação, na forma do art. 100, do NCPC.

2.Em que pese o contido no art. 334, do NCPC, tem-se que a prática forense tem revelado que a demandada não costuma promover autocomposição, antes da realização da prova pericial.

3.Desse modo, torna-se infrutífera a designação de audiência de conciliação, quando já visualizada a sua não realização. Ademais, a designação desse ato, quando improvável a sua realização, atenta frontalmente contra o princípio da celeridade processual. Assim, deixo de designar a dita audiência.



4.Nesse passo, CITE-SE o réu, através do sistema PJE, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente resposta.

Intimações necessárias.

Quinta-feira, 13 de Agosto de 2020.

**RENAN DO VALLE MELO MARQUES**

**Juiz de Direito**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE SAPÉ**

**Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Sapé**

Rua Pe. Zeferino Maria, S/N, Centro, SAPÉ - PB - CEP: 58340-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA PARA AUDIÊNCIA**

<b>Nº</b>	<b>DO</b>	<b>PROCESSO:</b>	<b>0800151-55.2020.8.15.0351</b>
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO
			COMUM
			CÍVEL
			(7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** ALECSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA  
**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). RENAN DO VALLE MELO MARQUES, MM Juiz(a) de Direito deste 3ª Vara Mista de Sapé, fica(m) **CITADA(s) a(s) parte(s) REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., VIA SISTEMA PJE**, por todos os atos do processo acima mencionado, ficando ainda **INTIMADA(s)** para que, no prazo de 15(quinze) dias, apresente resposta.

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.





SAPÉ-PB, em 4 de setembro de 2020

De ordem, JUAREZ JOSE DA SILVA JUNIOR  
Analista Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXX

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXX

